



ENSINO SUPERIOR

Universidades têm corte no orçamento

Para bancar emendas e fundo eleitoral, parlamentares sacrificaram R\$ 488 milhões das instituições

» PEDRO JOSÉ*

As universidades federais terão redução no orçamento discricionário em 2026 após cortes feitos pelo Congresso Nacional durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O texto aprovado retirou R\$ 488 milhões do montante originalmente previsto pelo governo federal, diminuindo os recursos destinados às instituições de ensino superior.

Em 2025, o orçamento executado das universidades federais foi de R\$ 6,82 bilhões. Para 2026, o PLOA enviado pelo governo previa R\$ 6,89 bilhões. Com o corte aprovado pelo Congresso, o valor caiu para R\$ 6,43 bilhões. Na comparação nominal com 2025, a redução se aproxima de R\$ 400 milhões, sem considerar os efeitos da inflação.

Os recursos atingidos correspondem ao orçamento discricionário, em que as universidades têm maior autonomia para decidir a alocação dos gastos. É nesta rubrica que está a concessão de bolsas de estudo. Os valores podem cobrir também despesas básicas, como pagamento de água, energia elétrica, manutenção predial, segurança, limpeza.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) manifestou preocupação com o impacto da medida, em nota divulgada ontem. Segundo a entidade, “o orçamento originalmente previsto no PLOA 2026 para as 69 universidades federais sofreu um corte total de R\$ 488 milhões, o que representa uma redução de 7,05% nos recursos discricionários das instituições.”

A Andifes afirma ainda que os cortes atingiram todas as ações orçamentárias consideradas essenciais para o funcionamento da rede federal de ensino superior e ocorreram de forma desigual entre as universidades. Um dos pontos destacados pela associação é a redução de recursos destinados à assistência estudantil. De acordo com a entidade, “apenas nessa ação, o corte alcançou aproximadamente R\$ 100 milhões, o equivalente a uma redução de 7,3%”.

Plano Nacional

A presidente da comissão que discute o novo Plano Nacional de Educação no Congresso

Tesourada universitária

Segundo os reitores das universidades, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2026 com um corte de R\$ 488 milhões nos recursos das instituições de ensino superior

Conheça alguns números

2025 (orçamento executado): **R\$ 6,82 bilhões**

2026 (valor previsto no PLOA): **R\$ 6,89 bilhões**

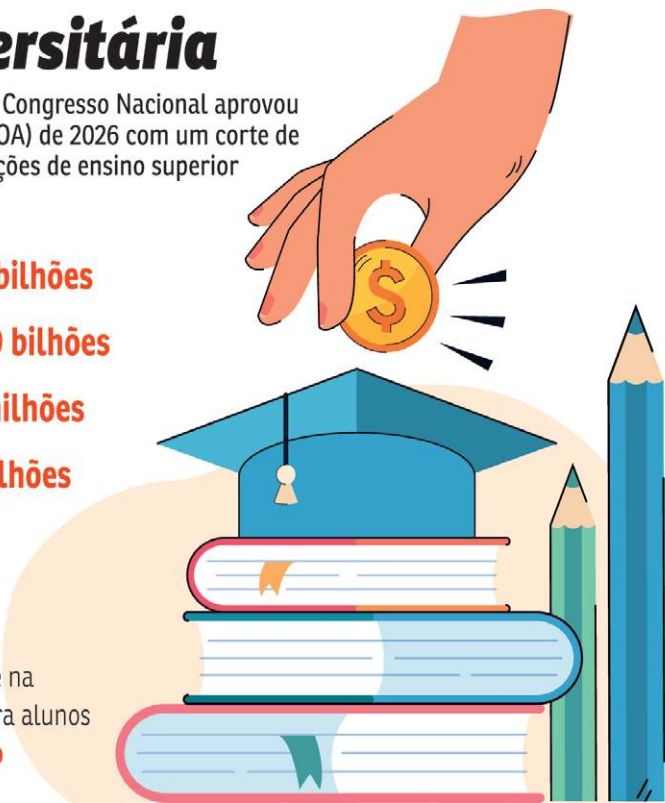
Corte feito pelo Congresso: – **R\$ 488 milhões**

Orçamento final para 2026: **R\$ 6,43 bilhões**

Queda percentual: **7,05%**

Universidades federais afetadas: **69**

Redução de **R\$ 100 milhões** somente na assistência estudantil (ações voltadas para alunos em situação financeira vulnerável) **7,3%**



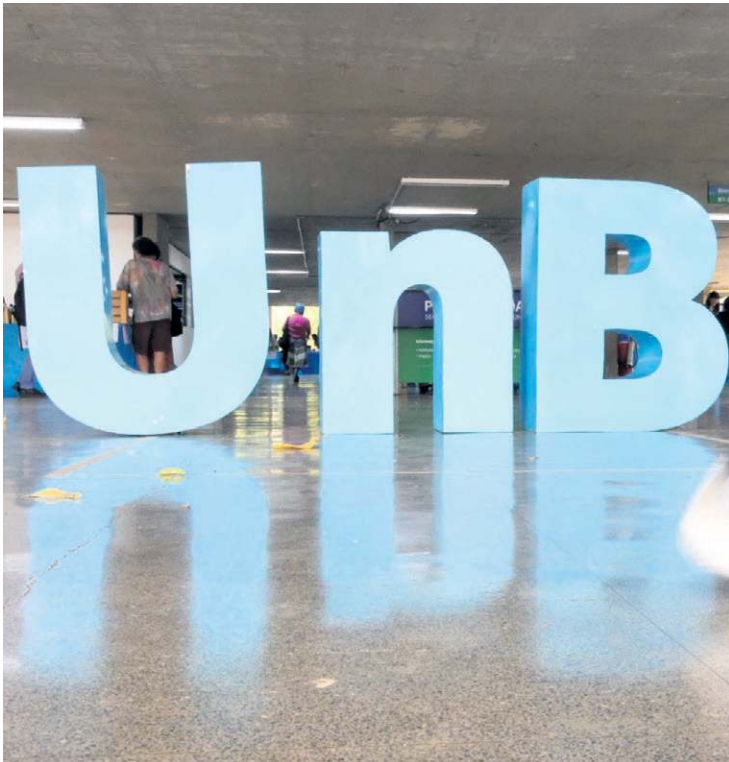
Quando o Legislativo opta por não enfrentar privilégios, por ampliar o Fundo Eleitoral e manter despesas que não são prioritárias, o resultado é sempre menos recurso para áreas essenciais como a educação”

Tabata Amaral,
deputada federal

Nacional, Tabata Amaral (PS-B-SP), disse ao **Correio** que o desafio atual não está nas políticas em si, mas nas escolhas orçamentárias que o Congresso tem feito.

“Quando o Legislativo opta por não enfrentar privilégios, por ampliar o Fundo Eleitoral e manter despesas que não são

Beto Monteiro



A UnB manifestou preocupação e diz que faz os cálculos do prejuízo

prioritárias, o resultado é sempre menos recurso para áreas essenciais como a educação. Por isso, combater privilégios e fortalecer o financiamento das políticas educacionais é primordial para que a educação seja, de fato, prioridade no Brasil”, afirmou Tabata.

A Universidade de Brasília

(UnB) manifestou preocupação com os cortes no orçamento das universidades federais para o próximo ano. A instituição afirma, no entanto, que são necessários estudos aprofundados para dimensionar os impactos dessas restrições orçamentárias sobre as atividades acadêmicas e administrativas.

A assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC), por sua vez, em mensagem ao **Correio**, afirmou que estuda formas de mitigar o impacto para assegurar a completa execução das políticas públicas educacionais.

A Andifes avalia também que o cenário se agrava porque, caso não haja recomposição, o orçamento das universidades federais em 2026 ficará abaixo do executado em 2025, mesmo antes de considerar reajustes contratuais obrigatórios e impactos inflacionários. “Os cortes aprovados agravam um quadro já crítico”, afirma a entidade, ao mencionar despesas vinculadas à mão de obra e à manutenção dos serviços.

Segundo a nota, a diminuição compromete a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei nº 14.914/2024, e afeta diretamente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A associação aponta que a medida coloca em risco avanços recentes relacionados à permanência no ensino superior público.

A nota também relaciona a redução orçamentária das universidades a cortes semelhantes ocorridos em outras áreas do sistema de ciência e tecnologia, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para a associação, esse conjunto de restrições compromete atividades de ensino, pesquisa e extensão e impõe riscos à sustentabilidade administrativa das instituições.

No documento, a Andifes diz ainda que a limitação de recursos impõe entraves ao desenvolvimento científico e afeta a soberania nacional. “Estamos, portanto, em um cenário de comprometimento do pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Universidades Federais”, diz a nota.

“Os cortes aprovados pelo Congresso Nacional exigem ações imediatas de recomposição, sob pena de comprometer o funcionamento regular das Universidades Federais e limitar o papel estratégico dessas instituições no desenvolvimento científico, social e econômico do país”, concluiu a nota da Andifes.

EXPERIMENTO

Primeiro foguete explode no ar

» RAFAELA BOMFIM*

O primeiro foguete comercial lançado a partir de uma base brasileira explodiu minutos depois de deixar o solo na Base de Alcântara, no Maranhão, na noite de segunda-feira, interrompendo uma missão que levaria satélites à órbita da Terra e mobilizando equipes de segurança e investigação técnica.

O veículo espacial HANBIT-Nano, da empresa sul-coreana Innospace, decolou às 22h13, no contexto da Operação Spaceward. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), após a saída da plataforma, o foguete iniciou a trajetória vertical prevista, mas apresentou uma falha que resultou na colisão com o solo cerca de 30 segundos depois. O lançamento não era tripulado.

Em nota oficial, a FAB informou que uma equipe técnica e o Corpo de Bombeiros do Centro de Lançamento de Alcântara foram enviados à área de impacto para análise dos destroços e verificação das condições do local. A investigação das causas será conduzida de forma conjunta entre a Força Aérea e a Innospace, seguindo procedimentos internacionais adotados pelo setor espacial.

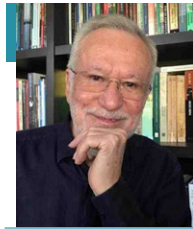
O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação afirmou que “todos os protocolos de segurança, rastreamento e operações de solo, sob responsabilidade do Brasil, funcionaram com precisão e exatidão”.

Ainda de acordo com o ministério, “eventos desta natureza, embora indesejados, fazem parte do processo de inovação tecnológica e fornecem dados relevantes para o aprimoramento de futuros sistemas”, declaração incorporada ao comunicado divulgado após o incidente.

O HANBIT-Nano tinha 21,8 metros de comprimento e aproximadamente 20 toneladas. A missão previa o envio de oito cargas úteis, sendo cinco pequenos satélites e três dispositivos experimentais desenvolvidos por instituições do Brasil e da Índia, que seriam posicionados em órbita terrestre.

Apesar do resultado, a FAB ressaltou que a operação representa um marco para o país, por se tratar do primeiro lançamento comercial realizado a partir do território nacional, reforçando o papel estratégico do Centro de Lançamento de Alcântara no cenário espacial.

Estagiários sob a supervisão de Edla Lula



ALEXANDRE GARCIA

TENHO DITO QUE SE O PROBLEMA ÉTICO É DO ESTADO BRASILEIRO, A SOLUÇÃO ESTÁ EM NÓS, ORIGEM DO PODER, E EM NOSSOS REPRESENTANTES; ESSA É NOSSA RESPONSABILIDADE. MAS SE O PROBLEMA ÉTICO TAMBÉM ESTÁ EM NÓS, NA FALTA DE NOS ESCANDALIZARMOS COM ESCÂNDALOS, ENTÃO, NÃO TEMOS SOLUÇÃO.

Ética ou abismo

Entreí no Parque Güell em Barcelona e uma música lindíssima acariciou-me os ouvidos. Um violinista tocava *Bachianas Brasileiras*, de Heitor Villa-Lobos. Fiquei orgulhoso de ser brasileiro. Entreí no Alla Scala em Milão, e logo no saguão vi o busto de Carlos Gomes. Fiquei orgulhoso de ser brasileiro. Entreí num avião da LOT em São Petersburgo, rumo a Varsóvia, com um empuxo poderoso na decolagem. Curioso, abri o folheto na bolsa do encosto: era um EMB

192, da Embraer. Fiquei orgulhoso de ser brasileiro.

Agora em *O Globo* e *Estadão* leio razões para me envergonhar do meu país, de esquecer o ufanismo do Conde Afonso Celso e parecer ironia o verso de Bilac “não verás país nenhum como este”. São informações sobre o contrato de 129 milhões do Banco Master com o escritório de advocacia da família do ministro Moraes. O contrato é suficientemente eloquente para dispensar adjetivos — tal como os 430 mil

guardados no flat de Sóstenes, o líder do PL. O senador do MDB por Sergipe Alessandro Vieira colhe assinaturas para investigar as razões do contrato, já que envolve um banco que faliu por ações nada éticas e um escritório da família de um ministro da Suprema Corte. Segundo Malu Gaspar, na página de opinião de *O Globo*, Moraes agiu como advogado de Vercaro, do Master, junto ao presidente do Banco Central. O senador Alessandro e o ministro Alexandre devem ter diferenças que vão muito além das letras do nome.

Suponho que o senador ficou muito inquieto quando percebeu

que o escândalo não escandalizou o Supremo, nem os jornais, nem os brasileiros. Parece que já nos familiarizamos com a falta de ética, desde que foram anuladas as decisões e sentenças da maior reação que o país teve contra sua cultural impunitividade, em que condenados foram descondenados, multados foram desmultados, e foram esquecidos até os que devolveram o que roubaram. E da permissividade em julgar ações que envolvem escritórios familiares. Imagino que, bem cedo, em Passo Fundo, os pais do menino Alessandro incutiram nele a importância da ética, do equilíbrio da

Justiça, do respeito às leis, dos princípios básicos da moralidade nas relações humanas. Ele agora não conseguiu engolir o escândalo como se fosse um sapo goela abaixo, e colhe assinaturas para levar a luz da verdade e tentar recuperar a moral perdida nos desvãos do Estado brasileiro.

Tenho dito que se o problema ético é do Estado brasileiro, a solução está em nós, origem do poder, e em nossos representantes; essa é nossa responsabilidade. Mas se o problema ético também está em nós, na cumplicidade, na falta de nos escandalizarmos com escândalos, então, não temos solução. Nem Trump nem Deus agirão

por nós. Como também me educaram na ética, fico com aquele que quer investigar se houve proteção ao Master com pressões sobre o Banco Central, como li em *O Globo*, e no sigilo que Toffoli impôs sobre as relações do banqueiro Vercaro, dois dias depois do voo com um dos diretores do Master. CPI para saber quem são os protegidos. Fachin quer código de conduta porque os supremos estão acima do Conselho Nacional de Justiça e da lei Orgânica da Magistratura. Gilmar alega que não precisa. Também acho. Código de conduta é forjado na medula de criança, em casa. Ou ética, ou abismo moral.